

# *Medo, sujeição e terror: variações de uma logosformel*

Clarkson Machado Diniz<sup>1</sup>

## **Introdução**

Ginzburg (2014) propõe-se a ensaiar sobre iconografia política utilizando como instrumento analítico o conceito de *Pathosformeln* desenvolvido por Warburg. Para apresentar o conceito de *Pathosformeln*, ele ressalta que Warburg comparou um desenho de Dürer sobre a morte de Orfeu a uma gravura do círculo de Mantegna. A gravura mostrava um Orfeu moribundo com gestos compatíveis com vasos gregos antigos. Esse não era um caso único e sua argumentação é a de que o renascimento também buscou na antiguidade os “modelos de uma gestualidade patética intensificada”.

Para Warburg, as representações de determinados gestos funcionam como *fórmulas* que comunicam características visuais *através dos tempos*, e têm a capacidade de carregar consigo o *pathos*, as emoções básicas. Essas *palavras primordiais* podem carregar ambivalências, invertendo o significado original quando recuperado. Gestuais de alegria, gozo, podem ser utilizados em outra situação para significar dor, tristeza. Os extremos das paixões – dor *versus* alegria – se fazem representar com pouca variação nos gestos apresentados nas pinturas. Os estudos de Darwin em homens e animais sobre a semelhança das expressões de riso e pranto em estados emocionais extremos e opostos também são referências que

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES. E-mail: [clarksondiniz@gmail.com](mailto:clarksondiniz@gmail.com)

podem indicar o caminho que Warburg percorreu para propor o conceito de *Pathosformeln*.

A grande questão que assaltou Warburg para definir *Pathosformeln* - ele levou quase vinte anos para propor a definição - é apontada por Ginzburg como sendo uma tensão, nunca resolvida, entre o aspecto histórico e o morfológico da noção de *Pathosformeln*. Uma pergunta pertinente ao percurso analítico de Ginzburg (2014, p.12) é feita no prefácio do seu texto: "Até que ponto a ambivalência das expressões das emoções extremas [*pathosformeln*], ressaltadas por Darwin (e antes dele por Reynolds) e depois desenvolvida por Warburg depende do contexto histórico?". Darwin propunha que a raiz disso era fisiologicamente determinada. Mas se isso fosse verdade, não existiria influência da cultura, de fatores históricos.

Se Darwin estivesse certo quanto à proposição de que a maneira de expressar as emoções é fruto da evolução, a cultura não teria nenhum papel na construção das fórmulas das emoções. Seria algo dado, e não culturalmente construído. Sua dúvida ficou patente quando falou em "enagramas de uma *experiência* apaixonada [que] sobrevive como *patrimônio hereditário* gravado na memória", uma definição que balança entre as duas possibilidades (Ginzburg, 2014, p.9).

O conceito de *Pathosformeln* serve de ferramenta analítica a Ginzburg, que sugere a possibilidade sua utilização travestida de *Logosformel*: ao invés de uma figura, uma ideia. Uma ideia reelaborada, cujo objeto é uma emoção. Essa *Logosformel* dá novas significações a palavras ou ideias antigas. No exemplo de Ginzburg, o frontispício de *Leviatã* traz novo significado às palavras de Tácito: "acreditam naquilo que acabaram de criar". A nova significação é "somos dominados por mentiras cujos autores somos nós mesmos". Buscam-se raízes antigas de ideias modernas, porém, reelaboradas.

No nosso caso, ao invés de expressões das emoções, interessa-nos qual a ação do contexto histórico na ambivalência das ideias. Preocupa-nos a análise dessa ambivalência na ação do Estado. Para isso percorreremos um dos ensaios de Ginzburg, que tem na releitura de Hobbes seu foco, e utilizaremos sua análise para ser sobreposta a um livro editado em 1935 por Graciano Neves, ex-presidente do Estado do Espírito Santo. Após isso, utilizaremos um livro que descreve o panorama da segurança pública nos governos Paulo Hartung.

### **Hobbes e o medo: essência da existência do estado**

Hobbes viveu em uma época em que o medo era tema primordial. Nasceu em 1588, cedo foi abandonado pelo pai alcoólatra, mas foi criado por um tio que lhe proporcionou boa educação. Desde os sete anos estudou os clássicos com Robert Latimer e aos catorze anos ingressou na Universidade de Oxford. Nessa época subiu ao trono inglês Jaime I, inaugurando a dinastia dos Stuart. Vivenciou a época da Revolução Inglesa de 1640 e em novembro desse ano fugiu para Paris. Segundo Ginzburg, o que fez com que ele se exilasse foi o medo de sofrer represálias por ter sido defensor da autoridade monárquica em seu livro *Os elementos da lei*, em um tempo em que estava no auge a batalha entre o rei Carlos I Stuart e o parlamento. Eram tempos de horror, e em 1649 o rei foi julgado e decapitado pelo parlamento. Esse livro foi trabalhado por Hobbes ao longo da sua vida. E uma das noções do livro que ele enriqueceu foi a de medo.

Ginzburg nos apresenta um Hobbes que tem no medo um *irmão gêmeo*. O medo domina a visão que Hobbes tem do homem em seu *estado de natureza*. A condição do homem quando está nesse estado é o de eterna luta contra os seus iguais, gerando guerra, desconfiança e medo recíproco, uma situação insustentável. A passagem de homem no estado de natureza para homem como parte de um corpo político se dá através

de um pacto onde esse homem abre mão de parte dos seus direitos em favor de um Estado que lhe será fiador de uma convivência pacificada com seus iguais, para viver uma vida mais satisfeita. Nasce assim o Estado, o Leviatã, o poder soberano ao qual nada se compara, gerado pelo medo, mas segundo Hobbes, forma válida de permitir a convivência social do homem. E a soberania para Hobbes tem um caráter radical, está acima de tudo e de todos. O Estado Soberano de Hobbes está acima de leis e da Constituição, um poder absoluto e indivisível.

Ao contrário do animal político – naturalmente sociável – de Aristóteles, o homem de Hobbes em seu estado de natureza é ameaça ao seu igual, guerreia contra ele. Essa agressividade potencial faz com que o homem hobbesiano viva o medo em suas relações, e o medo se torne o impulso que leva ao pacto formador do Estado. A comunidade política em Aristóteles é um movimento natural, em Hobbes é completamente artificial, gerada pelo medo.

Ginzburg apresenta sua análise peculiar da questão do medo e sua importância na formação do Estado hobbesiano, utilizando o conceito de *anomia*. Hobbes traduziu *A Guerra do Peloponeso* de Tucídides. Lá, o autor narra o efeito que a propagação da peste teve sobre a população de Atenas. Por considerar que poderiam morrer a qualquer momento as pessoas perderam qualquer senso de submissão às leis humanas, um *vazio de poder*, que incitou as pessoas a satisfazerem seus instintos mais elementares. Matava-se pessoas para roubar-lhes as riquezas, que eram gastas com prazeres imediatos, sem considerações quanto a conservação do corpo ou do dinheiro. A lei e até o medo dos deuses perdera a capacidade de regular os comportamentos. Esse estado de completa anarquia política, sem regras ou normas, se aproxima, na essência, do *estado de natureza* de Hobbes.

Em seu trabalho de tradução da obra de Tucídides, segundo Ginzburg (2014, p.21), Hobbes insere sua interpretação pessoal da questão do

medo. Tucídides tinha escrito em uma passagem que “o medo dos deuses ou as leis humanas já não representavam um freio”. Em sua tradução Hobbes fez um desvio e traduziu a passagem como: “*Neither the fear of the gods, nor laws of men awed any man*” (nem o temor dos deuses nem as leis dos homens incutiam sujeição – tradução de Ginzburg, grifos nossos). Hobbes troca o verbo grego *apeirgein* – manter sob controle – pelo verbo inglês *to awe* – que significa incutir sujeição, tornando-as sinônimas.

Essa ideia de sujeição é central na filosofia hobbesiana. Seguindo indícios, Ginzburg propõe que isso está ligado à tradição evocada por Montaigne de que a religião não passava de uma ferramenta política utilizada com eficácia para controlar aqueles instintos básicos da ação humana. Hobbes associa o surgimento de deuses à necessidade de enfrentar o medo gerado pela ignorância dos acontecimentos naturais. Para Hobbes, esse medo se torna a própria origem e *modus operandi* do Estado. Ele afirma que

...a ignorância das causas naturais e o medo (*feare*) que daí resulta induzem os homens a supor e a fingir de si para si diversas espécies de poderes invisíveis, a encarar com sujeição as próprias imaginações, a invocá-las quando se encontram em dificuldade, e a agradecer-lhes quando os eventos tiveram um resultado formidável (HOBBS, 2006, p.167-168).

A associação da sujeição (*awe*) com a religião vista como imaginação, é uma das bases hobbesianas para sua proposição de origem do Estado. Como visto, sua visão é a de que a sociedade política não é natural, senão uma criação artificial. Assim, para que esse pacto permaneça é necessário um poder que consiga manter os homens em estado de sujeição, para que se consiga canalizar seus atos para o bem comum. Ginzburg conclui que a religião (Deus imortal) ou Estado (deus mortal) são duas ficções inventados pelo homem, e na origem das duas está o medo. Passa-se a

acreditar na ficção criada por eles mesmos, o que gera sujeição ou reverência.

Ginzburg argumenta que assim como a expressão bíblica *temor de Deus* não contempla apenas medo, mas *medo e sujeição*, o poder do Estado está mais na imposição de sujeição do que no uso da força.

Hobbes (2006, p.190) diz que:

A única maneira de **instituir um tal poder comum**, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma **segurança suficiente** para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e **viver satisfeitos**, é **conferir toda sua força e poder a um homem**, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade.

...graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de **tamanho poder e força** que o **terror** assim inspirado o torna capaz de **conformar as vontades** de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros (Grifos nossos).

Essa visão hobbesiana inaugura a teologia política, em que o Estado se nutre das armas da religião para se legitimar como autoridade, a política invade o campo religioso apropriando-se de suas ferramentas. A *logosformel* de sujeição do contexto religioso foi acrescida de significado para fazer funcionar o conceito hobbesiano de Estado, transformando o sentimento de medo e sujeição em uma reverência que propicia sua ação como todo-poderoso, inspirando terror.

## **Sujeição: a doutrina do engrossamento de Graciano Neves**

Para nos aproximarmos do entendimento do conceito de sujeição com outro olhar, é importante, assim como Ginzburg, contemplarmos o presente de esquelha. Nos afastaremos do presente e veremos a transição do homem de seu estado de natureza até a formação do Estado, e a função do medo e da busca por conforto e tranquilidade na formação do Estado, na visão de Graciano Neves, um ex-presidente do Estado do Espírito Santo.

Entre 23 de maio de 1896 e 23 de setembro de 1897, o Espírito Santo foi governado por Graciano dos Santos Neves. O curto espaço de tempo em que ele governou deveu-se a sua renúncia, desapontado que estava com a política. Graciano Neves renunciou, e escreveu um livro, Doutrina do Engrossamento (Neves, 1978), um escrito de aguda ironia denunciando o panorama das práticas políticas no Brasil e no Espírito Santo de então (o livro foi editado pela primeira vez em 1935), mas de uma atualidade constrangedora, e que nos servirá de referencial.

Neves, baseando-se em Hobbes, afirma que não foram sentimentos como o de amor ao próximo que animou a convivência social dos homens quando ainda eram coletores de alimentos e andavam vagueando de lugar pra lugar. O *estado de natureza* em que viviam, com sua dificuldade e lutas, os induziu à busca pela satisfação pessoal percebida como algo mais fácil de ser conseguida quando se vive em grupo, para defesa contra o inimigo e busca de mantimentos. O agrupamento em tribos criou certa disciplina social, embora ainda fortemente caracterizada pela obediência ao mais forte, pela submissão pela força.

Ainda assim, as tribos se ocupavam de lutas sem fim pela disputa de territórios abundantes de alimentos e pela captura de mulheres. A fixação e adensamento populacional só se deram quando condições positivas permitiram algumas experiências pastoris e agrícolas. A guerra foi dos primeiros fatores favorecedores da associação humana, e a consecução de

reservas alimentares permitiu a fixação e crescimento das sociedades. Neves (1978, p.21) afirma que “foi a instituição do Capital que formou as sociedades humanas”.

À medida que a existência humana foi facilitada pelo acúmulo de Capital, suas lutas foram se atenuando, e a obtenção de propriedades fez do homem um ser mais ordeiro, metódico, abrandando-se a selvageria de seus impulsos, tornando-se contrário às revoluções. Na visão do autor, o capital passa a ser fator mantenedor da Ordem e Progresso, avalizando o poder do Estado. Para ele,

...as classes capitalistas dos países beligerantes opõem toda a sua grande força contra um acontecimento que lhes pode trazer calamidades financeiras.

A influência extraordinária dos interesses comerciais vai dia a dia apagando no espírito humano a ideia de Pátria e substituindo-a pela concepção vitoriosa, moderna e elegante, do Cosmopolitismo. (NEVES, 1978, p.22-23).

O surgimento desse sentimento cosmopolita começa a criar conceitos definidores do que é bom. E o que é bom é catalisado pelo capital. Dessa forma, a ideia de pátria se atrela à de capital. Primeiro, pátria era a tribo nômade da qual o indivíduo fazia parte. Depois, dizia respeito também ao solo ocupado, às plantações e rebanhos. Por fim, a pátria passa a ser o lugar onde o homem tem seus recursos econômicos, que definem sua segurança e conforto. É importante ressaltar aqui que essas observações do autor são referentes aos anos 1930, ainda distantes do atual estágio de globalização.

Com o desenvolvimento dos relacionamentos comerciais entre povos vizinhos, as guerras de outrora foram sendo amenizadas por efeito dos interesses que essas trocas criavam de lado a lado. A ideia de pátria começa a ficar embaçada, com a ferocidade e fanatismo patriótico

cedendo lugar a uma crescente tolerância, catalisada sempre pelo lucro das trocas. Esse intercâmbio comercial ameniza controvérsias religiosas e diferenças raciais, produzindo certo apaziguamento das relações. O autor chama a atenção para o fato de que, se ainda persistem instintos patrióticos e de amor à nação, é porque a dinâmica e lógica econômicas ainda não estão completamente instaladas, a ponto de "... fundir todos os costumes e todos os idiomas, como já podemos esperar, à vista das tendências que se revelam na existência contemporânea". (Neves, 1978, p.24)

Assim sendo, a pátria passa a ser considerada o lugar onde o homem encontra benefícios financeiros, fluência para o seu desenvolvimento econômico, sem menções anacrônicas a certo espaço delimitado por graus de longitude e latitude que tradicionalmente definiam seu berço. As promessas e a sedução de prosperidade financeira abafam os sentimentos de nacionalismo e patriotismo, da segurança e paz que o estado hobbesiano deve a seus cidadãos, sedados que são pela atração exercida pelo desenvolvimento industrial, que consegue o efeito de monetizar todas as coisas, parametrizando as ações humanas pelo ganho financeiro.

Esse desenvolvimento tem como consequência a submissão da ordem política à instituição da propriedade. Com a evolução social desse paradigma, tem-se como resultado a concentração de propriedade nas mãos de poucas pessoas, em um processo que se adensou e chegou ao ponto de criar grupos sociais que dominam as economias, trazendo à reboque o domínio político. Os grandes capitais são fatores de progresso industrial, que reciprocamente induz à concentração de capitais nas mãos de grupos cada vez mais restritos, fortes e poderosos.

A consequência desse roteiro é que o capital se tornou a base para a manutenção dos governos. A consolidação dos governos se dá quando esse age como defensor das classes detentoras de capitais e seus interesses, e essas classes, de caráter necessariamente conservador,

tornam-se necessárias ao fortalecimento e perpetuação dos governos. Assim, uma simbiose entre capital gerador de força e necessidade de automanutenção dos governos faz com que sua ação na defesa dos interesses do capital passe a ser fator preponderante para a saúde de um governo em longo prazo, fundindo-se e confundindo-se com a expressão da *manutenção da ordem*. Os governos passam a funcionar como despachantes dos interesses de uma oligarquia detentora de capitais. Fazem isso sufocando com força as aspirações individuais por justiça social, acesso a serviços públicos, pela força e, como se verá, pela submissão.

Nesse contexto tem-se assistido a uma derrocada constante e global das ações práticas na direção do discurso de justiça e igualdade. Com sua ironia o autor indica que

...no dia em que o homem, cheio de fé nos seus pretensos direitos, quis experimentar o valor das suas novas forças, achou-se subitamente desarmado e débil contra o aparelho inexpugnável da *Ordem Econômica*, só logrando amargar-se ainda mais acerbamente na consciência da sua irremissível situação (NEVES, 1978, p.27).

Um item dos mais atingidos por esse cenário, segundo o autor, é a soberania do povo. Esta se desmancha quando os governos democráticos, sob a justificativa ou promessa de manutenção da ordem pública ignoram a soberania do povo com artifícios eleitorais e nenhum pudor para agir para garantir a estabilidade das instituições (baseadas na conservação do capital e da propriedade). A cooptação da população com promessas de prosperidade trazida pelo progresso industrial faz com que a maior parcela da população se submeta e desarme a crítica, sujeitando-se no presente com esperança de melhoras futuras.

O processo eleitoral passa a servir como um instrumento para convalidar a ação posterior dos governos e partidos que detêm em suas mãos as posições políticas elevadas e que interessam tanto diretamente aos atores políticos, quanto indiretamente – mas não menos intensamente – aos detentores do capital de financiamento dessa máquina. Assim, as ocasiões eleitorais tenderiam a tornar-se arena de ferrenhas disputas entre grupos, que reeditariam aí as sangrentas lutas ancestrais por comida e mulheres, substituídas por poder e prestígio.

Neves afirma que as democracias consistentes e estabilizadas não devem a consolidação da ordem à superioridade de seu regime constitucional, senão a um acordo tácito em favor da chamada estabilidade social, mas com o sacrifício de qualquer subversão, agitação, ou pretensão por direitos. As revoluções republicanas ofereceram inúmeros exemplos de como os vencedores rapidamente partem em busca de uma ordem política qualquer, imitando ações que espelham muito do que os inspirou a lutarem. A dificuldade de rompimento com o passado por vezes verificada nos movimentos revolucionários se dá pela importância que o fator econômico e a propriedade têm na estabilização de qualquer ordem política, social.

Esse fato cria um tipo de ator social, a chamada burguesia financeira, que segundo Neves (1978, p.30) tem nas mãos “o cetro da autoridade social”. Esse controle social exercido pela burguesia leva a uma espécie de fatalidade à qual o mundo está submetido, resignado, resultado do “aperfeiçoamento histórico”. Isso inviabiliza o protagonismo do homem na sociedade em sua condição de cidadão, indivíduo, posto que o desejo do ser social deve se diluir nos requerimentos e consentimentos da comunidade em que vive. A “filosofia do eu” fica diluída na “filosofia do nós”, dessa sociedade construída em sua lógica inerente da dependência do capital, estabelecendo uma estrutura de leis fomentada pelo capital, que passa a ser a base de conduta dos governos, e seu refúgio de

justificação para a manutenção da ordem. A primeira face da sujeição, portanto, é da ordem social ao capital.

A performance do capital e o desenvolvimento industrial dele decorrente criam duas situações positivas para a visão de manutenção da ordem política. Primeiro, as classes conservadoras ficam cada vez mais poderosas para criar e se mover via instituições políticas que as protegem e representam. Segundo, as atividades econômicas, quando chegam a uma região, criam expectativas, embalam discursos políticos, ilusionam a população com a possibilidade de lucros, renda, fortuna, fazendo que os brados quanto a consequências danosas das atividades sejam, sem chance de vitória, abafados, desqualificados, anulando as chances de contraposição política.

A história republicana do Brasil é um grande exemplo de como a miséria e dificuldade do povo é um terreno fértil para a confusão social. País com grande deficiência de capitais, uma massa de trabalhadores (recém saído de um sistema escravista) sem ocupação, sem um mercado que absorva mão-de-obra, a formação social do país é confusa. O autor indica que esse panorama é terreno fértil para a ação de indivíduos arrojados e cínicos que vêem nisso a possibilidade de galgar posições políticas elevadas. Esse cenário torna as disputas acirradas, as ambições exacerbadas, os processos virulentos, e criam e formatam desordem social. Daí, a necessidade de se estabelecer alguma ordem põe em marcha um processo de estabilização.

No Brasil, em diversos estados é comum o surgimento e consolidação de oligarquias políticas que se perpetuam no poder. As ações oposicionistas se enfraquecem com as frequentes derrotas eleitorais, visto que o capital precisa de estabilidade e financia quem está no poder. Desanimados com a pouca possibilidade de tomar o poder pela ação armada e experimentando a derrota na tentativa eleitoral, os políticos de oposição ao invés de desanimar ou desistir, adotam uma nova forma de agir, mais

fácil do que as disputas encarniçadas. Os pretendentes ao governos, saem da via da oposição e disputa para aderirem sem nenhum pudor ao grupo que está no poder. Entram no exercício do poder não pela luta armada ou disputa eleitoral, mas pela sujeição de seus princípios (outrora irreconciliáveis) aos encantos do exercício do poder em algum cargo conseguido do grupo majoritário.

Não conseguindo alcançar a vitória política almejada pela via da eleição, “os oposicionistas tiveram o louvável bom senso de conquistá-las por lisonjeiras adesões aos poderes dominantes, abjurando magnanimamente ferrenhos e injustos rancores partidários” (NEVES, 1978, p.33).

Aqui cabe observar que só resta à parte da população que dependia da defesa de certos princípios por parte da oposição para se ver representada e defendida, assistir à derrocada da possibilidade de mudanças que a beneficie. E o poder instituído tem toda a possibilidade de caminhar ignorando os reclames da maioria da população, por vezes vitimada por décadas de negligência, sem que isso sequer ameace sua permanência no poder.

Os políticos concluíram que sua ação se dá muito mais confortavelmente nesse esquema de pacificação do que em um panorama de disputas que revolucionem a ordem. Essa consolidação da ordem e reinado da obediência são tão propícios à evolução e progressão do capital, que este contribui magnanimamente para a manutenção dessa estabilidade. A *Ordem Econômica e política* assim edificada passa a ser o paradigma social dominante, contaminando inclusive parcelas prejudicadas da população, tornando aventuras de oposição efetiva cada vez mais difíceis. “O Capital faz a Ordem e a Ordem faz o capital” (Neves, 1978, p.33)

Na visão de Neves,

O que há de curioso e digno de sérios estudos nessa transição da rebeldia para a obediência, da guerra para a paz, é o **processo infinitamente judicioso dos políticos profissionais para consolidar a Ordem sem**

**prejuízo dos interesses particulares: - partilhar as comodidades oficiais, extorquindo-as com ternuras sábias**, já que não é possível alcança-las por meio de violência, nem tampouco pelos pronunciamentos eleitorais (1978, p.33, grifos nossos).

A esse processo de consolidação estruturante de uma ordem social como resultado da efetivação de uma ordem econômica estabilizada por meio do adesismo confortável dos atores políticos, o autor deu o nome de *Engrossamento*.

As características do *Engrossamento* são expressas por adulação, servilismo, hipocrisia, egoísmo. A política e a ordem pública no Brasil (e no Espírito Santo em particular) atribuiu a esses processos de *Engrossamento* a função de firmar a ordem política, fazendo da adesão a prática normal para alcance de participação no governo, expurgando escrúpulos na consecução e consolidação de um regime de ordem, que formata uma tranquilidade política – para os políticos – e uma disciplina social que se perpetua.

No caminho para o desenvolvimento do *Engrossamento*, a etapa inicial de servilismo, sempre mal visto, foi gradativamente adquirindo um status que amenizou a avaliação execrável da ação. A sujeição ao mais forte, primeiramente criticada e recriminada, tornou-se aos poucos uma estratégia integradora na convivência social, amaciando as consciências sabedoras de que é doloroso se submeter, mas mesmo assim agindo com “silencioso rancor” ao escolher concebê-la como inexorável.

Neves indica que na fase atual do *Engrossamento*, devido à evolução paulatina mais consistente da sujeição, exige-se cada vez menos esforço para que se obtenha obediência (por automática que se tornou) e cada vez experimenta-se mais a “honorabilidade da bajulação”, que é condição primeira de participação no grupo político dominante. Ao camuflar os males da subordinação e fortalecer o poder da grande autoridade que

figura como principal chefe político, a facilitação das aspirações individuais dos sujeitados se dá por prática de lisonjas e homenagens *engrossatórias*, que agradam ao chefe e diminui-lhe a tirania. Esses chefes desenvolvem características de proteção e bondade para com seus subordinados, que terão um governante menos despótico à medida que aumentem sua docilidade e adesão.

Assim, a construção de uma oposição sistemática em um cenário de *Engrossamento* se constitui em um dos mais graves “indutores da tirania” ao *forçar* o governante àquilo que ele considera legítima defesa de seu poder. Para Neves, os governantes da república no Brasil tem gozado do privilégio de ter uma opinião pública que despreza, e considera negativa, os atos de rebelião, eternizando no poder com vitórias eleitorais os grupos oligárquicos dominantes. Tem-se percebido que “a violência do oposicionismo é uma mera questão de retórica e a história nos mostra que os retóricos e os tiranos sempre se entenderam bem” (Neves, 1978, p.41).

Logo, o surgimento de um tirano e seu exercício de poder sempre depende de condições ambientais em um dado contexto histórico, pois nenhum homem pode por si mesmo – e a depender apenas de sua estatura política – constituir-se um déspota que se perpetue. Dessa forma, os governos modernos mais se aparentam a máquinas burocráticas que seguem funcionando sem objetivos ou preocupações com a eficácia, estruturados e agindo em favor de quem está no poder, viabilizados pelas classes dominantes conservadoras. Conservadoras não do bem estar da população geral, mas das benesses aos afortunados.

Como a ação oposicionista não se mostra promissora – ou pelo menos inteligente nesse contexto para a conquista do poder – o *modus operandi* mais suave e barato de alcançar influência nos governos é o engrossamento. Nas palavras de Neves (1978, p.41), “Quem sabe engrossar, governa”. E todo indivíduo que se submete e tem habilidade

consegue alguma participação no governo, com a possibilidade de ser por ele atendido em suas demandas.

A oposição não é anulada no Engrossamento pois,

A **briga com a autoridade é até certo ponto permissível**, contanto que não passe de uma **respeitosa controvérsia**, de uma ligeira **rusga cheia de atenções delicadas**, sustentada como que a contragosto, alguma coisa enfim que se pareça com um arrufo, **mais própria para excitar um renascimento de simpatia do que para causar um rompimento desagradável** (NEVES, 1978, p. 45, grifos nossos).

O poder se concentra tanto nesses contextos que qualquer um que queira alcançar quaisquer tipos de benesses deve conseguir gozar das boas graças do governante. Os artistas e intelectuais ao longo da história se entregaram à arte do *engrossamento* para conseguirem alguma dignidade. Mesmo os tiranos mais cruéis eram capturados pelos elogios e louvações, acabando por recompensar, proteger e distinguir os bajuladores mais peritos. Os engrossadores conhecedores da arte nunca disputam opiniões com quem comanda.

Quais seriam as principais consequências do Engrossamento? A primeira delas é a ausência sistemática de oposição, pelo menos de uma oposição digna desse nome. Ou no longo prazo uma cooptação dos diversos partidos pelo poder central. Faremos um percurso analítico utilizando os conceitos de Ginzburg e Neves para estudar o governo capixaba nos governos Paulo Hartung.

### **Terror: o Leviatã capixaba**

Paulo Hartung tem uma longa carreira política. Desde sua atuação na União Nacional de Estudantes, até as eleições para deputado estadual,

prefeito, senador, governador, sua trajetória é longa. Interessa-nos pesquisar os anos em que ele foi governador do Espírito Santo (2003-2010), mas é interessante encontrarmos o então senador Hartung em uma intervenção no plenário do Senado Federal em junho de 2000 para introduzirmos o tema.

O governo federal (cujo presidente na época era Fernando Henrique Cardoso) estava às vésperas de lançar o plano de segurança pública chamado Brasil diz não à violência, anteriormente citado. Hartung considerou o plano tímido. Em documento da AGÊNCIA SENADO (2000, p.1) ele critica o plano com os seguintes argumentos:

O senador sugere outras soluções para a questão da violência, como **quebra de sigilo bancário de pessoas envolvidas com o tráfico** e a **criação de mecanismos que impeçam o uso do dinheiro do crime na eleição de parlamentares ou financiamento do ingresso de apadrinhados do tráfico no serviço público**. Hartung sugeriu ainda o **fim da imunidade parlamentar na sua forma atual**, além da criação de uma **força tarefa** reunindo representantes do **Ministério Público, Polícia Federal, Banco Central, Conselho de Controle de Atividades Financeiras** para fiscalizar e punir infratores.

Outra sugestão do senador é que o **governo reúna especialistas para apresentar diretrizes e estudar experiências bem sucedidas, inovadoras e vitoriosas de redução de criminalidade** em outros países e adaptá-las a nossa realidade.

Outra forma de diminuir os índices de violência, na avaliação do senador, seria a **criação de uma política nacional de desenvolvimento urbano**. Hartung disse que o governo federal não investe em **saneamento básico** há mais de dois anos e, além disso, não apresenta uma política de **urbanização de favelas** nem encara o caos do **transporte público** (Grifos nossos).

Nessa mesma sessão o também então senador José de Alencar, que viria a ser vice-presidente nos governos Lula, fez um aparte afirmando que o

*problema se resolveria quando o Brasil retomasse o crescimento econômico.*

Paulo Hartung senador, ao criticar a proposta do governo federal, ressalta os pontos que considera soluções para a violência: quebra de sigilo bancário de pessoas envolvidas com o tráfico, mecanismos que impeçam o uso de dinheiro oriundo de crimes na eleição de parlamentares e no financiamento de ingresso de apadrinhados do tráfico no serviço público, fim da imunidade parlamentar como hoje concebida, força-tarefa multi-institucional para fiscalizar crimes de colarinho branco, estudo de experiências exitosas em outros países no combate à criminalidade para adaptação ao Brasil, investimento em saneamento básico, urbanização de favelas, transporte público.

Esses posicionamentos afirmam a questão da segurança pública – e de resto as questões sociais – como subsidiárias da Ordem Econômica. São questões cuja resolutividade se daria automaticamente à reboque do crescimento e desenvolvimento econômico. Esse é o paradigma dominante na gestão pública no Brasil.

Paulo Hartung governou o Espírito Santo de 2003 a 2010. Herdou um Estado em situação financeira, administrativa e política bastante comprometida. Não havia recursos para investimentos, e nem para pagar meses de atraso na folha de pagamentos do funcionalismo público. Pior do que essa era a crise política. O governador que o precedera, José Ignácio Ferreira, saiu em meio a graves denúncias de corrupção. Essa crise não se restringia ao executivo, mas se espalhava pelos poderes legislativo e judiciário. Ao assumir o governo, Paulo Hartung o fez com o discurso de um *novo Espírito Santo* (Martinuzzo, 2003)<sup>2</sup>, título do plano de governo que pretendia sanear as contas públicas, modernizar o estado administrativamente, e, na área política, combater o que se anunciou

---

<sup>2</sup> MARTINUZZO, José Antonio. *Caminhada de travessia: os primeiros passos do novo governo do Espírito Santo*. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, Superintendência Estadual de Comunicação, 2003. 120p.

como o fulcro dos problemas do Estado, o crime organizado, entranhado poderosamente nas três esferas do poder.

Crime organizado, nesse momento, era sinônimo de crime de uma máfia que se infiltrou no governo e que se apoderara de grande parte da máquina pública para enriquecer e se tornar um poder paralelo, e que tinha na figura de José Carlos Gratz, deputado estadual por mais de uma década, e presidente da Assembleia Legislativa, seu mais característico representante. E mesmo com taxas de homicídio altíssimas (50,5/100 mil habitantes), o foco da segurança pública estava nos crimes de colarinho branco, não no combate à criminalidade urbana ou no combate ao tráfico de drogas (Ribeiro Júnior, 2012). A gravidade e urgência do problema político que tinha se instalado no Estado absorveu a atenção do governo no direcionamento de suas ações, mesmo que os altíssimos índices de violência difusa apontassem para a impossibilidade de que os criminosos de colarinho branco produzissem tantos mortos.

As ações e discursos de segurança pública se diferenciaram ao longo dos oito anos de Hartung no governo. Se no primeiro mandato as questões do combate à corrupção e a crimes de colarinho branco tomaram conta do debate, no segundo houve uma clara guinada na abordagem do crime e da violência para o combate ao tráfico de drogas - apontado como causador da maioria dos homicídios - levando a um aumento sensível do número de encarceramentos (Ribeiro Júnior, 2012).

Durante os oito anos de governo, ao passo que a crise financeira e administrativa foi em grande medida debelada, a segurança pública foi uma área problemática. Por causa das taxas de homicídio estacionadas em um patamar altíssimo, o Estado esteve sempre entre os quatro primeiros nos principais rankings de violência do país. Nesse período, o governo viveu algumas graves crises, das quais se destacaram três: a

crise dos grampos telefônicos<sup>3</sup> em 2005, a crise do sistema penitenciário de 2006<sup>4</sup>, e a famosa crise das *masmorras de Hartung*<sup>5</sup>, em 2009, podendo ser considerada como um desdobramento da anterior.

A crise dos grampos telefônicos aconteceu quando descobriu-se que uma das linhas telefônicas da Rede Gazeta tinha sido grampeada e entre março e abril de 2005 todas as conversas mantidas por ela tinham sido gravadas e transcritas, no curso da investigação do assassinato do juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Indignados, representantes da Rede Gazeta procuraram o Secretário de Segurança Pública, Rodney Miranda, para pedir explicações. Sua justificativa foi a de que o grampo no telefone da rede de comunicações havia sido um engano, visto que o número era muito similar ao de uma empresa cujo proprietário era um dos suspeitos do crime.

Fuzatto (2005, p.2), em reportagem do Observatório de Imprensa afirma que

...o pedido do grampo foi feito pela delegada da Polícia Civil Fabiana Maioral e pelo promotor de Justiça Marcelo Zenkner, e concedido pelo juiz da 4ª Vara Criminal de Vila Velha, Sérgio Ricardo de Souza. Neste pedido constava uma lista de telefones, inclusive o da Rede Gazeta. Porém, na lista, o telefone da Gazeta aparecia como se fosse de propriedade da empresa Telhauto. Quinze dias depois, os delegados Cláudio Victor e Danilo Bahiense solicitaram que o grampo fosse prorrogado, o que foi deferido pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa.

<sup>3</sup> Envolvendo o secretário de Segurança Pública Rodney Miranda. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/grampos\\_telefonicos\\_na\\_rede\\_gazeta](http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/grampos_telefonicos_na_rede_gazeta) - Acesso em 12 fev. 2014.

<sup>4</sup> Muito bem explicitada e historiada em: *Violações de direitos humanos no sistema prisional do Espírito Santo/atuação da sociedade civil*. Disponível em: [http://global.org.br/wp-content/uploads/2011/06/SistemaPrisionalES\\_2011.pdf](http://global.org.br/wp-content/uploads/2011/06/SistemaPrisionalES_2011.pdf) - Acesso em 12 fev. 2014.

<sup>5</sup> As Masmorras do Espírito Santo e a Coluna de Gaspari. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/as-masmorras-do-espírito-santo-e-a-coluna-de-gaspari/> - Acesso em 01 jan. 2013.

Com a justificativa de investigação de máfias, de crime organizado (característico do primeiro mandato de Paulo Hartung) o governo do Estado adquiriu em 2003 um sistema de escutas telefônicas chamado de Guardiã que têm capacidade para grampear e acompanhar 3.000 simultaneamente. Esse sistema está no centro dessa crise. Por causa da Crise dos Grampos Rodney Miranda pediu exoneração em dezembro de 2005, o que foi aceito pelo governador Paulo Hartung.

Outra crise foi a do Sistema Penitenciário, em 2006. Com o empenho em uma estratégia de encarceramento em massa, a população carcerária cresceu rapidamente, sem a preocupação do Estado em se preparar para isso. No Espírito Santo, rebeliões, morte de detentos, fugas, denúncias de corrupção e maus-tratos no sistema prisional sempre foram frequentes. Em 2006, o sistema penitenciário sofreu um colapso e o governo não conseguiu solucionar a crise. Além disso, tentou proibir as entidades sociais de frequentar os presídios para fiscalizar a situação, o que foi revertido judicialmente. Esse colapso foi resultado de anos de problemas acumulados, e foi mais explicitado com a visita de inspeção ao sistema prisional capixaba realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

Em seu relatório de inspeção do Presídio de Segurança Máxima (PSM) de Viana chamaram a atenção para o fato de que um presídio construído há apenas 4 anos, várias paredes eram de isopor, a parte de concreto era de péssima qualidade, e que não existiam protocolos de gestão e segurança estabelecidos pela Secretaria de Justiça – SEJUS. Inúmeras reformas de péssima qualidade já tinham sido realizadas, sem resolver os problemas ou oferecer ao equipamento as mínimas condições de funcionamento. Além disso, em uma penitenciária que deveria ser de Segurança máxima, já havia ocorrido fugas pelos muros ou pelo portão da frente. O relatório do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) frisou a gravidade da situação e exigiu a implementação de medidas com urgência.

Conforme Ribeiro Júnior (2012), essa situação deu oportunidade ao governo de assumir e reforçar o discurso da urgência e emergência para reorientar suas ações na segurança pública, incluindo no debate a necessidade de combate à criminalidade difusa, desviando o foco do crime organizado.

A terceira crise, chamada de As masmorras de Hartung, tornou o Estado famoso nacional e internacionalmente. É importante ressaltar à essa altura, Rodney Miranda já tinha sido reconduzido ao cargo de secretário de segurança pública do Espírito Santo. A CONECTAS DIREITOS HUMANOS, uma Associação com título de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) com sede em São Paulo, requereu ao então Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, através do procedimento administrativo nº 1.00.000.003755/2009-57 um pedido de intervenção federal no Espírito Santo em 21 de outubro de 2009. No corpo do pedido a ONG, após visita aos presídios de Presídio de Novo Horizonte (Cadeião), Complexo Modular de Novo Horizonte (celas metálicas) e Casa de Internação de Menores, anexa fotos da explícita barbárie que tomou conta do sistema carcerário do Estado. Presos enforcados, espancados até à morte, corpos esquartejados, um cenário de horror. Além disso, verifica a existência de

...superlotação, alimentação apodrecida, falta de água e energia elétrica, iluminação e ventilação precárias, esgoto estourado, ratos e baratas no interior das celas, doenças variadas, denúncias de torturas físicas e psicológicas. Isso sem falar na total ausência de juízes, promotores e defensores públicos e de qualquer possibilidade de estudo e trabalho (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2009, p.9).

Em sua explanação, o pedido ressalta que além do clima de masmorras medievais que tomou conta do sistema penitenciário capixaba, o governo adotou containers metálicos como solução para o problema das vagas.

Dentro dessas celas metálicas a temperatura chegava a 50º centígrados, tornando desumana a sua utilização. Relata também o número de 328 óbitos no sistema carcerário capixaba somente em 2008. Termina solicitando a intervenção federal, em vista de “violação constante, continua e permanente dos direitos humanos dos encarcerados e seus familiares (idem). A intervenção federal foi negada, fruto de um acordo do Estado com o Conselho Nacional de Justiça prometendo reverter a situação. Mas o Estado foi denunciado em Genebra, na 13ª Reunião Anual do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A denúncia atraiu os holofotes da imprensa nacional e internacional, e de alguma maneira, furou o bloqueio de divulgação por parte das principais mídias locais.

Quanto à questão política, Paulo Hartung governou nos dois mandatos praticamente sem oposição na Assembleia Legislativa<sup>6</sup> (apesar de uma disputa pela presidência da casa logo em seu início de mandato ter mostrado a força do grupo de Gratz<sup>7</sup>), e teve apoio de ampla maioria da bancada federal. Em entrevista, um funcionário antigo da Assembleia Legislativa, que preferiu não se identificar, disse que apenas um deputado era tido como de oposição ao governo nas gestões de Hartung, o petista Cláudio Vereza. Logo depois, em tom de riso, disse: “Mas o Vereza é um gentleman”. Sinaliza-se na Assembleia Legislativa capixaba no período em que Paulo Hartung governou o Estado, muito do que Neves (1978)

---

<sup>6</sup> Especialmente no segundo mandato Paulo Hartung é reeleito com quase 80% dos votos no ES. Valor Econômico, 02/10/2006, Política, p.12. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/472853/noticia.htm?sequence=1> - Acesso em 20 de junho de 2014; E reportagem sobre a práxis oposicionista na Assembléia: Oposição qualificada. Século Diário, 11/12/2013. Disponível em: [http://seculodiario.com.br/144\\_10/14/oposicao-qualificada-1](http://seculodiario.com.br/144_10/14/oposicao-qualificada-1) - Acesso em 12/03/2014.

<sup>7</sup> Eduardo Caliman: Os sete deputados que foram afastados foram reintegrados. O candidato do senhor à presidência disputou com Geovani [Silva, eleito deputado estadual do Espírito Santo (2006), famoso por ter jogado pelo Vasco], ex-jogador de futebol, e ele, na primeira eleição, teve 11 votos contra 19 do Geovani.

**Paulo Hartung:** Isso.

**Eduardo Caliman:** Hoje com sete deputados reintegrados, qual a base do senhor na Assembléia? O senhor acredita ter quantos deputados confiáveis ali?

**Paulo Hartung:** Não sei.

Trecho da entrevista de Paulo Hartung no programa Roda Viva em 28/04/2003. Disponível em: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/504/entrevistados/paulo\\_hartung\\_2003.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/504/entrevistados/paulo_hartung_2003.htm) - Acesso em 20/03/2014.

chamou de *engrossamento*. Esse funcionário falou que no máximo, algum deputado irritado com algum problema pontual subia na tribuna da Assembleia Legislativa para protestar. Mas logo depois, em vista do afastamento de algum apadrinhado do deputado de algum cargo ocupado no executivo, o parlamentar entrava em acordo com o governo e a par voltava a reinar.

Outra fonte de tranquilidade para o governo foi sua relação com a imprensa local. Fazendo-se uma busca nos meios eletrônicos, encontra-se muito pouco divulgado pela imprensa local (especialmente os maiores veículos das redes Gazeta e Tribuna) quanto a esse turbilhão de fatos graves no tocante à segurança pública, quase nenhuma análise crítica ao governo. A situação é *sui generis*, especialmente se levarmos em consideração que a Rede Gazeta foi vítima de um dos maiores problemas na área de segurança pública, os grampos telefônicos, que atingem diretamente um dos temas mais melindrosos para qualquer veículo de comunicação: a liberdade de imprensa. Mais impressionante ainda é o fato de que as questões que envolvem a violência e a segurança pública têm um grande potencial para atrair audiência, diretamente responsável pelo faturamento desse tipo de empresa. E as páginas policiais continuaram narrando os inúmeros homicídios, roubos, e todo tipo de violências. Mas quase nada era dito quanto à atuação do governo nesse sentido.

Um fato grave em relação à omissão da imprensa capixaba e sua sujeição aos humores do governo se deu com o Jornal *A Tribuna*. Apesar da mudez dos veículos locais de comunicação em relação aos problemas da área da segurança pública, mesmo em face das crises acima citadas. Pois o jornalista Elio Gaspari, de renome nacional, colunista de *A Tribuna* há anos, escreveu uma coluna com o título "As masmorras de Hartung aparecerão na ONU"<sup>8</sup>, aonde narra que o governador terá que se defender em Genebra das acusações quanto à desumanidade do tratamento

---

<sup>8</sup> Cf. em *O Globo*, 07 mar 2010.

oferecido no sistema prisional capixaba. O Jornal A Tribuna não publicou a coluna do jornalista, e não explicou o motivo<sup>9</sup>.

Como vimos, a questão da segurança pública é um dos principais temas que afligem a população, e deveria ser um fator de reprovação da gestão, e mesmo do gestor. O surpreendente é que, mesmo em face dos terríveis problemas narrados, Paulo Hartung terminou o segundo mandato com 81% de aprovação<sup>10</sup>, de acordo com pesquisa feita pelo Ibope a pedido da Federação das Indústrias do Espírito Santo. Esse resultado nos revela um fato que desmente a hipótese levantada acima. Nessa mesma pesquisa a área de segurança pública foi reprovada pelos entrevistados, considerada ruim ou péssima por 49% dos entrevistados e regular por 31% deles. Praticamente todos os que aprovam o governo, desaprovam (ou acham apenas regular) a segurança pública. Houve um (surpreendente) descolamento entre a aprovação do governo e sua atuação na importante área de segurança pública.

Em sua obra de fechamento de governo, um relatório em forma de livro com 540 páginas, em uma diagramação multicolorida, o governo presta contas. Esse livro será uma das fontes para as pesquisas posteriores. Mas cabe ressaltar alguns aspectos ali relatados.

O relatório discorre, em uma narrativa muito positiva, afirmando o dever cumprido, pelas diversas áreas de atuação do governo. Saúde educação, justiça, indicadores sociais, e segurança pública além de trazer os

---

<sup>9</sup> AZEVEDO, Reinaldo. *As masmorras do Espírito Santo e a coluna de Gaspari*. Veja. 09 mar. 2010.

<sup>10</sup> A aprovação do Governo Paulo Hartung é de 81%, segundo pesquisa Ibope encomendada pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) e publicada na manhã desta quarta-feira (28). O índice de desaprovação é de 13%; 6% não souberam responder. Na avaliação, 68% colocam o desempenho do governo como ótimo/bom; 22% regular; e 7% ruim/péssima. Apenas 3% não responderam. A pesquisa também avaliou o governo, na opinião dos moradores, por segmentos de atuação. A educação aparece como a mais bem avaliada, tida como ótima/boa por 40% dos entrevistados. Já a segurança pública é a pior avaliada, considerada ruim ou péssima pela metade dos entrevistados (49%) e regular por 31%. O crescimento econômico e a geração de emprego são as principais percepções de acertos do governo. Foram ouvidos 812 eleitores entre os dias 22 e 25 de julho. O levantamento está registrado no TRE, sob o protocolo número 10613/2010.

Cf. *Aprovação do governo Paulo Hartung chega a 81%, diz pesquisa Ibope/Findes*. Folha Vitória. Vitória, 28 de jul. 2010. Disponível em <http://www.folhavitoria.com.br/politica/noticia/2010/07/aprovacao-do-governo-paulo-hartung-chega-a-81-diz-pesquisa-ibopefindes.html> - Acesso em 12 jun. 2014.

principais pronunciamentos de Hartung em seus oito anos de governo. Focaremos-nos em algumas informações constantes da seção 5.4 do documento, sob o título de Segurança Pública e Defesa Social.

A seção começa afirmando que a violência é inerente às relações humanas, dos pactos que permitem essa convivência em sociedade, que os mecanismos de justiça social não conseguem 100% de eficácia, também os sistemas de prevenção e repressão conseguirão. Essa violência que atinge a todos indistintamente, em todo o globo, exige soluções abordadas por um novo paradigma, para além da pauta da inclusão e justiça sociais e do aperfeiçoamento dos aparelhos estatais de prevenção e repressão à criminalidade. Afirma que as soluções de antigamente se mostram ineficazes, pois outras variáveis como mudança na dinâmica familiar, descrédito das instituições, individualismo exacerbado, egoísmo, consumismo, concorrência irracional e comércio ilegal de drogas se interpõem nesse tempo de complexa e ainda pouco assimilada transição histórica, a contemporaneidade. Correto diagnóstico.

O domínio da máquina estatal capixaba pelo crime organizado e o desmonte das estruturas estatais da segurança pública são listadas como o agravante da situação no Estado. Assim, em um preâmbulo que quer construir a ideia de que a segurança pública nesse governo teve que começar do zero, lista as ações tomadas pelo governo na área. Passa, então, a descrever os investimentos com cifras e números, dos quais segue um resumo: obras e reformas, aquisição de viaturas e equipamentos, sistemas de telecomunicação, informatização, projetos em parceria, construção de presídios, expansão do Ciodes (Centro integrado operacional de defesa social) para o sul do estado, e reforma e ampliação do de Vitória, implementação da fiscalização da lei seca, reativação de 58 conselhos de segurança pública nos municípios, implantação do videomonitoramento, investimento 14659% maior na PM, se comparados os anos de 2003 e 2009, com reforço no efetivo, aquisição de radiopatrulhas, fardamento, investimentos também no Corpo de

Bombeiros, reequipamento da Polícia Civil com aumento do efetivo, montagem de laboratórios, telecomunicações modernizadas, e um total de investimentos diretos de mais de 800 milhões em 8 anos no que o governo considera segurança pública.

É fato que no governo houve investimentos na área. A pressão por mais resultados na segurança pública era constante e crescente. O intrigante é a falta de eficácia em um governo que consegue ter um diagnóstico em grande parte correto sobre o tema. Talvez o problema seja a falta de adoção do que ele mesmo aponta, “uma visão renovada para a contemporaneidade e suas marcas”. E mesmo assim, a percepção do problema pela população salta como um dado intrigante, representada pelo maciço apoio que Paulo Hartung teve no final de seu governo.

### **Considerações Finais**

Na visão de Hobbes, o medo é base fundante do Estado. A análise hobbesiana feita por Ginzburg ressalta o ato de incutir sujeição como estratégia de dominação. Neves explicita uma nova modelagem da sujeição, incutida pelo governante dominante, e adotada pela outrora oposição como forma de participação de governo, formatando um comportamento bem definido por governantes e opositores. O governo Paulo Hartung seguiu à risca a estratégia de incutir sujeição. Sua ação conseguiu incutir sujeição no potencial poder fiscalizador da Assembleia Legislativa e na ação denunciadora da imprensa. A consequência disso foi que ao longo de oito anos de governo, apesar de gravíssima crise na segurança pública, ponto nevrálgico da legitimação popular de um governo, e tema comum de contestação em palanques políticos e de editoriais de imprensa, tanto a Assembléia Legislativa quanto a imprensa capixaba foram omissas em sua ação. Uma das consequências disso é que a percepção da população quanto ao tema foi capturada de tal forma que, no final de oito anos de governo a popularidade de Paulo Hartung foi de

81%. Assim, estratégias de sujeição surtem efeito na marcha dos governantes para se manterem no poder, em um acordo de vantagens mútuas entre atores distintos da arena política, produzindo frutos de perpetuação.

## Referências

- AGÊNCIA SENADO (2014). *Hartung Critica Política de Segurança do Governo Federal*. 2000. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2000/06/06/hartung-critica-politica-de-seguranca-do-governo-federal> - Acessado em: 14/04/2014.
- AZEVEDO, Reinaldo (2010). *As masmorras do Espírito Santo e a coluna de Gaspari*. Veja. 09 mar.
- CONNECTAS DIREITOS HUMANOS (2009). *Procedimento administrativo nº 1.00.000.003755/2009-57*. Disponível em [http://www.estadao.com.br/infograficos/2009/11/crimesnobrasil\\_if\\_es.pdf](http://www.estadao.com.br/infograficos/2009/11/crimesnobrasil_if_es.pdf)- Acesso em 02 jan. 2013.
- FUZATTO, Sandro (2005). *Grampos telefônicos na Rede Gazeta*. Observatório de Imprensa, Campinas, 13 dez. Caderno da Cidadania, ed. 359.
- GASPARI, Elio (2010). *As masmorras de Hartung aparecerão na ONU*. O Globo, 07 mar.
- GINZBURG, Carlo (2014). *Medo, reverência e terror: quatro ensaios de iconografia política*. 1.ed. São Paulo: Companhia das letras.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Martin Claret, São Paulo, 2006.
- MARTINUZZO, José A. (2003). *Caminhada de travessia: os primeiros passos do novo governo do Espírito Santo*. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, Superintendência Estadual de Comunicação, 120 p.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Caminhada de travessia, 2003-2010: percurso de conquistas: novo Espírito Santo: oportunidade para todos e sustentabilidade*. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 539 p.
- NEVES, Graciano (1978). *Doutrina do engrossamento*. Rio de Janeiro: Artenova. 73 p.
- RIBEIRO JÚNIOR, H. (2012). *Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do de governo Paulo Hartung (2003-2010)*. Vitória: Causa, 2012.